

III Congresso Histórico Internacional

25 a 27 de outubro de 2023

AS CIDADES NA HISTÓRIA: ECONOMIA

CIDADE MODERNA

2023

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

III Congresso Histórico Internacional
As Cidades na História: Economia

VOLUME III

Cidade Moderna

COORDENAÇÃO

Antero Ferreira
Alexandra Marques

REVISÃO

Casa de Sarmento - Centro de Estudos do Património

DESIGN GRÁFICO

Maria Alexandre Neves

DATA DE PUBLICAÇÃO

Dezembro de 2025

ISBN (OBRA COMPLETA)

978-972-8050-85-6

ÍNDICE

| | |
|--|-----|
| A vida económica urbana no período moderno: linhas de força e sugestões de pesquisa | 7 |
| José Damião Rodrigues | |
| Cidades, comércio, manufatura e finanças na América portuguesa: aproximações aos aspectos econômicos dos centros urbanos coloniais brasileiros (séculos XVI ao XVIII) | 33 |
| George F. Cabral de Souza | |
| Entre os engenhos e o Atlântico paisagem, sociedade e economia na Cidade Maurícia | 57 |
| Leonardo Nóbrega | |
| Ricardo Trevisan | 3 |
| Reflexos da atividade comercial, fronteiriça e militar da vila e barra de Caminha, através de uma leitura iconográfica | 87 |
| João Cabeleira | |
| Tiago Rodrigues | |
| Necessitas non habet legem. El fisco, el rey y las ciudades de Castilla (1573-1577) | 127 |
| Juan Eloy Gelabert González | |
| Las economías urbanas en la España moderna, 1531-1787: del auge al declive y la recuperación | 157 |
| Ramón Lanza García | |
| As dinâmicas comerciais e a urbe: Representações de cidades chinesas na Europa dos séculos XVI e XVII | 197 |
| Marília dos Santos Lopes | |
| Comparaison des systèmes économiques des trois plus grands sites africains de la traite atlantique des esclaves : Luanda, Bonny, Ouidah (années 1660-1860) | 221 |
| Guy Saupin | |
| Espaços comerciais de (e para) indígenas nas cidades ibero-americanas (séculos XVI-XVII) | 245 |
| Daniela Nunes Pereira | |

| | |
|--|-----|
| The Economic Implications of the Erection of the Church of San Nicolás in Alicante as a Collegiate Church and Its Rivalry with the Parish Church of Santa María | 259 |
| Antonio Carrasco-Rodríguez | |
| O abastecimento da cidade de Viseu entre os séculos XVI e XVIII | 293 |
| Liliana Andrade de Matos e Castilho | |
| Balance del fomento urbano y comercial en el siglo XVIII: el caso de la ciudad de Palma | 315 |
| Ana María Coll Coll Mar García Arenas | |
| Minhotos dos dois lados do Atlântico: os enlaces parentais de desembargadores nascidos no Espírito Santo | 335 |
| Adriana Pereira Campos | |
| Las Mujeres y el comercio. Espacios femeninos en una ciudad atlántica: Santa Cruz de Tenerife en el Siglo XVIII | 369 |
| María Eugenia Monzón Perdomo | |
| Do continente e das ilhas: portugueses no porto continental de Porto Alegre entre 1772 e 1822 | 403 |
| Ana Scott Dario Scott | |
| La ciudad de Salamanca en el último cuarto del siglo XVIII: la difícil vertebración social, política y económica | 431 |
| María del Carmen Irles Vicente | |
| “A pesca foi sempre para o homem hum emprego”: Apontamentos sobre a economia marítima em Faro no século XVIII | 463 |
| Ana Luiza de Castro Pereira Gomes | |
| Bancarrotas municipales y rescates financieros en el realengo valenciano durante el siglo XVII | 489 |
| David Bernabé Gil | |
| As vilas em meio ao nada: a política portuguesa de povoamento da capitania de São Paulo, 1765-1775 | 523 |
| Carlos A. P. Bacellar | |
| Las cecas en las ciudades de Castilla, los reinos de Indias y la Corona de Aragón: estado de la cuestión y líneas de investigación | 551 |
| Héctor Torregrosa Peinado | |
| Do <i>Beichoairo</i> aos <i>censuais</i> – os rendimentos dos direitos pontificais da mitra e cabido da cidade de Lamego nos finais do antigo regime | 577 |
| Luciano Augusto dos Santos Moreira | |

- O papel da Misericórdia de Lisboa no cenário pós-terramoto de 1755. Entre a ruína patrimonial e a ininterrupção da assistência fúnebre aos mais desfavorecidos** 615
Delminda Rijo
- Caminha e o seu concelho: as elites urbanas e a consolidação do poder político e económico (séculos XVII-XVIII)** 647
Aurora Botão Rego
Camilo Fernández Cortizo
- As famílias açorianas na formação do Povo Novo de San Carlos de Maldonado (Uruguai)** 683
Leticia Vieira Braga da Rosa
- Residir en soledad: evolución y caracterización de los hogares unipersonales en la Andalucía urbana (1859-1930)** 713
Ana Belén Gómez Fernández
David Martínez López
Manuel Martínez Martín

Caminha e o seu concelho: as elites urbanas e a consolidação do poder político e económico (séculos XVII-XVIII)

*Aurora Botão Rego
Camilo Fernández Cortizo*

CAMINHA E O SEU CONCELHO: AS ELITES URBANAS E A CONSOLIDAÇÃO DO PODER POLÍTICO E ECONÓMICO (SÉCULOS XVII-XVIII)

Aurora Botão Rego¹

Camilo Fernández Cortizo²

1 CITCEM/Grupo Populações e Saúde – Faculdade de Letras do Porto. Projeto “Espanoles en Portugal (1715-1868): emigración laboral y exilios políticos” PID2021-123476NB-I00.

2 Departamento de História – Universidade de Santiago de Compostela. Projeto “Espanoles en Portugal (1715-1868): emigración laboral y exilios políticos” PID2021-123476NB-I00.

Introdução

O concelho de Caminha, localizado no Noroeste Português e primeiro espaço geográfico de contacto com a Galiza, mereceu, ao longo dos séculos, uma atenção especial por parte dos monarcas portugueses, refletida em Cartas de Privilégios e Forais, entre outras regalias. À cabeça, a sede concelhia e vila portuária de Caminha, impulsionada na sua economia pela navegação, comércio marítimo e pescas por um lado e, por outro, como espaço de comércio transfronteiriço, refletido nas suas feiras, trocas, festividades e culturas afins, concentrava o poder político, as instituições administrativas, religiosas e hospitalares. Nesta urbe Moderna e praça-forte, a população de Caminha encontrava-se plenamente estratificada, sendo que o elevador social era praticamente inexistente.

651

Nas restantes 19 freguesias do termo, dispersas em dois Vales – Âncora e Coura –, a Serra d'Arga (isolada a cerca de 800 metros de altitude) e a frente litoral, predominava uma economia essencialmente rural na qual a mobilidade masculina em espaço ibérico assumia um papel determinante como forma de suprir as necessidades familiares, de equilibrar recursos e população e obedecer a estratégias de transmissão de herança e da propriedade.

Após a Restauração, assistimos à reabilitação das grandes fortalezas e à implementação de fortes abaluartados que providenciavam, no seu conjunto, segurança às populações da região e protegiam a passagem entre as praças-fortes minhotas e a raia. A sede concelhia militarizou-se fortemente, soldados acorreram de toda a região Norte portuguesa e os cargos de chefia foram distribuídos maioritariamente entre os elementos das elites caminhenses. Num aparente movimento de consolidação do território interior do concelho de Caminha, foram erigidas quintas armoriadas que funcionariam quer como atalaias, quer como centros de controle da produção alimentar destinada ao mercado caminhense ou à exportação, visto que a vila de Caminha possuía uma reduzida capacidade produtiva dada a exiguidade e morfologia do seu território.

É neste contexto que o presente trabalho procura averiguar o papel da implementação das quintas dispersas pelo território do concelho de Caminha, a sua localização estratégica a partir das casas-mãe previamente estabelecidas pelas elites na sede concelhia, tal como os laços familiares e de dependência entre as casas-mãe e as casas subsidiárias no território. Qual o papel destas elites no controle das instituições de poder e da produção? Que trabalhadores asseguravam a atividade agrícola, uma vez que a população masculina se encontrava em trânsito permanente? Qual o papel desempenhado no relançamento da navegação após a pacificação ibérica? Onde se localizavam as grandes Quintas?

Para responder a estas e outras questões, utilizaremos como fonte primária as bases de dados que formam a Repositório Genealógico do Concelho de Caminha (RGCC), segundo a metodologia de Amorim (1991). Desde os inícios do século XVII, em encadernamento genealógico, foram elaboradas bases de dados (sedeadas na Casa Sarmento/UM-Repositório Genealógico Nacional-RGN) para as paróquias do concelho de Caminha³. Nelas se integraram todos os indivíduos nascidos, casados e falecidos nas diferentes paróquias, cruzando estes dados com fontes qualitativas, tais como fontes administrativas da Câmara de Caminha, fontes religiosas provenientes da Misericórdia de Caminha ou Confrarias, ou fontes paroquiais do Arquivo Distrital de Viana do Castelo ou do Arquivo Distrital de Braga, entre outras.

652

O desenvolvimento de Caminha, grupos sociais e algumas famílias-elite

Em finais do século XVI e inícios do seguinte, consolidada a área pantanosa e arenosa ao redor da velha Praça de Armas de Caminha, formava-se agora o novo Terreiro, expandindo-se o velho burgo para fora das muralhas medievais e dando lugar à construção de habitações cujo aparato indiciava estatuto social proeminente.

Na génese do poder da sede concelhia destacava-se a Família Pita, cujas origens são anteriores ao início do séc. XVII, data em que se inicia o lançamento dos registos paroquiais vertidos no RGCC. Em manuscritos de inícios do século XVIII, podemos ler⁴:

(...) não há na vila pessoa que tenha nobreza antiga, que não esteja aparentada com Pitas, pelos casamentos Gamas, Abreus, Leites, Rochas, Magalhães, Vales, Pereiras, Bacelares, Soares, Ortigueiras, Sousas, Peixotos, Morais, Monteiros, Amorins, Barretos, Cunhas, Vilas-Boas, Leites, Fagundes, Azevedos, Araújo, Aguiares, Costas, Andrades, Castros, Eças, Gomes, Mendes, Macieis (...).

3 De 20 freguesias do concelho de Caminha foram elaboradas 19 bases de dados. A freguesia de Dem só foi constituída em 1968. Para este trabalho, a base de dados de Lanhelas não foi utilizada, uma vez que os registos paroquiais se encontram desaparecidos até aos inícios do século XIX. A freguesia de Âncora não foi igualmente estudada porque pertenceu ao concelho de Viana do Castelo até à Reforma Administrativa Liberal de 1836.

4 BPN, *Descrição da Villa de Caminha (Extrahida de um manuscrito original)*, Vianna, Typ. da "Aurora do Lima", 1878, p. 51.

Em 3 de janeiro de 1637, foi instituído o Morgado dos Pitas em Aveiro (Alves, 1985: 135), por iniciativa dos irmãos Gregório Pita Calheiros (Comendador, Cavaleiro professo da Ordem de Cristo) e Brás Pita Ortigueira, este último o seu primeiro administrador (Familiar do Santo Ofício, Provedor e Escrivão da Misericórdia de Caminha). Em Caminha, uniram-se então três habitações (Figura 1): duas por via marital⁵ e uma terceira contígua adquirida já pelo seu descendente Sebastião Pita Soares (Comendador da Ordem de Santiago, Familiar do Santo Ofício, e capitão de Cavalos em 1643, em Caminha). A casa do Morgado Pita foi definitivamente terminada em 1652, de gramática neomanuelina, muito ao gosto da época.



Figura 1. Casa dos Pita
Foto: Luís Valadares.

Na rua de S. João, à época chamada rua do Vau (devido à utilização de barcaças em tempo de enchentes entre a cerca velha e a nova área residencial edificada sobre as areias), foram transferidos e adossados templos religiosos ao longo da nova artéria, ao mesmo tempo que novas construções foram surgindo. Este é o caso da Casa dos Vales, virada ao rio Minho, ao cais, à ribeira e à estrada real que se dirigia para as praças militares até Valença.

⁵ ADVCT, *Registos Paroquiais de Caminha*, Nascimentos, Livro 3, Fl. 101v.

Nesta nova artéria, Gonçalo de Rodrigues do Vale (Procurador às cortes por Caminha) e sua mulher D. Catarina Lobo de Mesquita constituíram o Morgado dos Vales. A sua única filha sobrevivente e herdeira, D. Joana do Vale, casou em 1618^o com Rodrigo Pereira de Soto Maior (Fidalgo da Casa Real, 1^o Alcaide-mor e Governador de Caminha) e de ascendência materna Pita.

Afastada das areias e dos perigos das enchentes, mas em local proeminente com vista privilegiada sobre a foz dos rios Minho e Coura, tal como sobre a entrada do mar e a Galiza, construiu-se a Casa de Leiras (Avillez, 1952: 68-76), em área anteriormente arborizada, mas sucessivamente arroteada em *leiras*. Nela morava o casal Álvaro Pita Pereira e D. Briolanja Lopes. Entre os seus descendentes, a filha D. Isabel Pereira Lobato casou com Paulo de Abreu do Vale (escrivão e provedor da Misericórdia entre 1598 e 1617), indivíduo pertencente também à Casa dos Vales. A Quinta sofreu remodelações ao longo do tempo, porém permanece com feição setecentista.

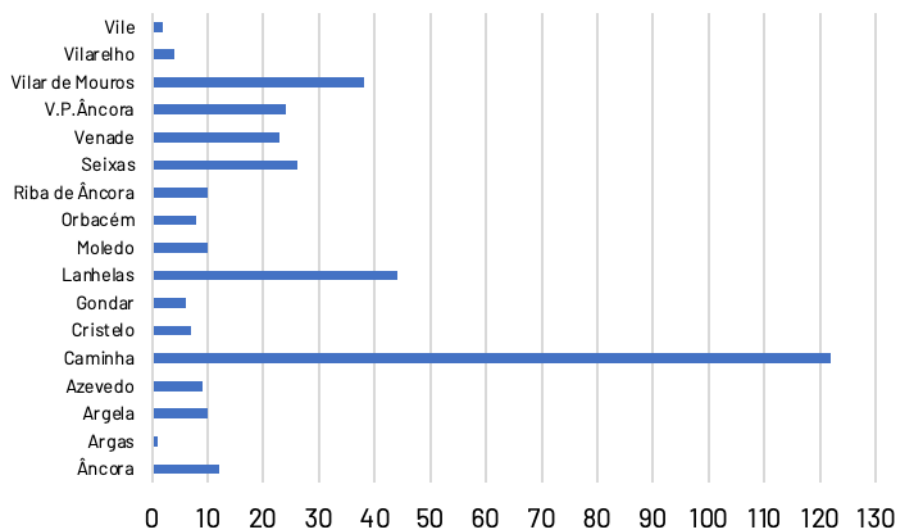
654



Figura 2. Localização das três Casas (1634)
Fonte: *El Atlas del Rey Planeta*.

Como observamos na Figura 2, no exemplo destas três Casas-Quintas (em simultâneo, atalaias de visibilidade e de poder), encontramos elementos pertencentes à extensa família Pita que, através da mobilidade marital, penetraram nas principais estruturas familiares, políticas, sociais e económicas ao nível da sede, do território do concelho de Caminha e mesmo em alianças estratégicas nas principais praças militares alto-minhotas. Em regra, os filhos varões seguiam as vias militar, sacerdotal ou administrativa (escrivães, tabeliães, oficiais dos impostos, das alfândegas, etc.), como se pode ver nas Figuras 3 e 4.

Figura 3. Seminaristas no concelho de Caminha (Séculos XVII-XVIII)



Fonte: ADB, *Processos de Inquirições de Generi*.

Do mesmo modo, podemos identificar esta constante presença nas cadeiras do poder concelhio, seja na instituição de capelas particulares na Igreja Matriz de Caminha e no concelho (com particular preponderância no Vale do Coura), seja na composição do Senado da Câmara, seja ao leme da maior instituição religiosa concelhia – a Santa Casa da Misericórdia de Caminha que, alocava também um Hospital.

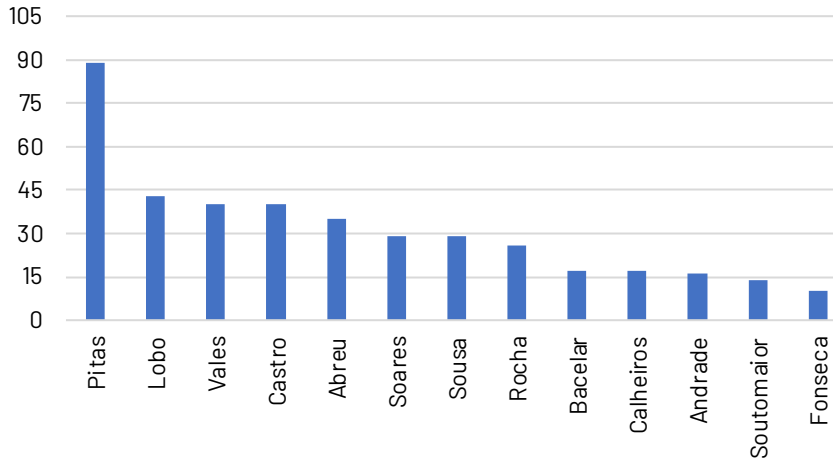


Figura 4. Santa Casa da Misericórdia de Caminha. Apelidos dos Provedores e Escrivães (1584-1799)
 Fonte: Pinto, Sara (2008). Elaboração própria.

656

A partir das Portas de Viana (Torre do Relógio) e do Terreiro de Caminha e em direção a Sul, estendia-se, comprimida e afastada do poder e das decisões, a populosa comunidade marítima de Caminha na estreita Rua da Misericórdia (atual Rua dos Pescadores) que ultrapassava os limites da Vila e penetrava, inclusive, nas freguesias de Vilarelho e Cristelo. Possuía um forte pendor corporativo e endogâmico que, eventualmente, lhe advinha das suas origens de Couto de Homiziados, este concedido sucessivamente por vários monarcas até 1525 e a pedido da Vila de Caminha (...) *por estar muito minguada de gente (...) por estar fronteira ao reino de Galiza, estava em risco de se perder, em que ela e seu Reino receberia grande descarniço e perda (...)* (Morais, 1722: 2-10).

Possivelmente em consequência da natureza desta comunidade (formada por criminosos, com exceção dos culpados por *aleive e traição*), recebeu uma *Bula Penitenciária Apostólica* em 26 de maio de 1549, confirmada pelo Bispo de Ourense Dom Francisco Manrique a quem prestava obediência⁷.

Mareantes, marinheiros, pescadores e ofícios ligados às artes de marear e de pescar, encontravam-se arregimentados sob a tutela da Confraria do Senhor Bom Jesus dos Mareantes, com seus oficiais eleitos, capela e capelão próprios, sufrágios e horários de celebrações religiosas específicos devido à sua arte. Gozavam de vários privilégios, entre outros o privilégio concedido em 1621, em que *os homens que ganham a vida nas águas do mar* poderem ir pescar aos domingos e dias santos, para não perderem a *conjunção*

⁷ Confraria do Senhor dos Mareantes, *Livro de Treslados e Estatutos*, pp. 2-10.

dos mares (...) principalmente na monção dos sáveis & lampreias (...) e não o pescando se ficariam os pescadores do Reino de Galiza que pescam de mistura com eles suplicantes, alcançando o proveito todo (...)⁸.

Na data da sua formação, a Confraria estava vedada à influência (...) *sob graves penas & censuras (...) do Arcebispo de Braga e seus Vigários e Visitadores, como a todas as demais Justiças e Juizes eclesiásticos, como seculares (...) que a não visitem, nem intentem em ela, nem em coisa a ela tocante (...)*. Nela só poderiam entrar e participar *mestres de navios & pinaças, e os mais senhorios de todo barco de pescaria e passagens, e barcas de carreto, os mais marinheiros, pilotos, grumetes e serventes trabalhadores, assim no ofício de marear, como no ofício de toda a pescaria*⁹.

Será a partir da Restauração e, entre 1652 e 1703, que se concluirão as várias ordens de muralhas modernas, tornando a sede concelhia praticamente inexpugnável. A única exceção associa-se a investidas do tempo que, ocasionalmente, provocaram danos no amuralhado¹⁰. Nos inícios do Setecentos, fortemente militarizada, Caminha possuía 4 Companhias de Ordenanças, cada uma com 450 soldados, o que totalizava 1800 elementos (acrescido este número os oficiais de várias patentes, cargos entregues à nobreza e burguesia locais) (Morais, 1722: 66).

De acordo com o Regimento¹¹, o Senado da Câmara de Caminha era composto pelo Juiz de Fora (por nomeação régia), e de acordo com uma lista elaborada pelo Senado e composta por mais de 50 nomes dos mais proeminentes elementos nobres do concelho, eram escolhidos pelo poder central mais três Vereadores, um Procurador do concelho, e dois Almotacés (estes últimos nomeados pelo Senado Municipal). Na lista dos 54 indivíduos elegíveis para o ano de 1733, continuavam a predominar os apelidos Pita e Vale, agora a par das famílias Abreu e Cunha¹². Segundo o RGCC e, relativamente às suas respetivas ocupações nesse mesmo ano, encontrámos 18 militares (capitães, sargentos, alferes, tenentes), 25 cargos municipais/régios (escrivães, juizes, tabeliães. administradores da Misericórdia, cobradores de impostos...), 5 fidalgos da Casa Real e 6 com ocupação não identificada. Neste ano, comprova-se a continuidade no poder das famílias antigas

8 Confraria do Senhor dos Mareantes, *Livro de Treslados e Estatutos*, pp. 15 e ss.

9 Confraria do Senhor dos Mareantes, *Livro de Treslados e Estatutos*, pp. 2-10.

10 Durante a *Pequena Era Glaciar* verificou-se o avanço das areias em toda a orla costeira, permitindo a sedimentação e futura expansão da vila de Caminha. Vide SÃO TOMÁS, Leão de et al., 1644, p. 326.

11 "Eu a Rainha (...) administradora da pessoa, bens, Estado do infante D. Pedro (...) hei por bem que as pessoas abaixo nomeadas sirvam de vereadores e procurador (...) João de Abreu do Vale, Bento da Costa, Mateus Lobo de Mesquita, Procurador Pedro Moreira, pelo que vos mando façais logo chamar essas pessoas à Câmara segundo a Ordenança, lhes notifiqueis como hei por bem que sirvam os ditos cargos no dito ano, dando de primeiro dos Santos Evangelhos que verdadeiramente sirvam guardando em tudo e servindo El Rei e o Infante (...) Lisboa, 22 de dezembro de 1659. In. AMC, Registo Geral, *Registo de vários papéis, cartas de nomeação, petições, etc. (1652-1660)*, Treslado da Carta de eleição de vereadores deste ano de 1660, fl. 169v.

12 AMC, *Livros dos Acórdãos da Câmara (1733-1752)*, Cota 1.11.4.28, fl. 16v-17.

e o predomínio das ocupações militares e da pequena nobreza de toga nos cargos do Senado da Câmara para (...) *acordar o que fosse mais conveniente ao Povo e ao serviço de Sua Majestade que Deus guarde (...)*¹³.

Restauração e mantimentos versus produção e controle militar – As Quintas no Vale do Coura



Figura 5. Dispersão das Quintas no concelho de Caminha

No período pós-Restauração, encontrando-se a vila em fase de militarização e de construção do seu fortificado Moderno, iniciou-se, quase em simultâneo, a construção de quintas afiliadas com casas da sede concelhia. Quer pela sobrevivência das mesmas até à atualidade, quer pela documentação existente, destaca-se uma particular concentração de quintas no interior do concelho, ou seja, no Vale do Coura (Figura 5). De entre várias, atribuímos enfoque às quintas de Vilarelho (3), Argela (3), Venade (2) e Vilar de Mouros (6). Existe somente uma única quinta de envergadura localizada no Vale do Âncora, em Orbacém, já no limite sul do eixo da estrada secundária interior que atravessa o concelho (e se dirige até Vilar de Mouros e à sua ponte medieval). Esta via interior permite

13 AMC, Livros dos Acórdãos da Câmara (1733-1752), Cota 1.11.4.28, fl. 3.

importantes fluxos de deslocação desde o Vale do Lima a Sul (concelhos de Viana do Castelo, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez...) para Norte, ramificando-se em Argela para Caminha ou em Vilar de Mouros para a estrada real que acede às praças militares de Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção e Melgaço¹⁴.

A ausência destas *atalaias familiares* junto à orla costeira pode dever-se à construção de estruturas fortificadas ou sucessivamente reestruturadas junto ao litoral em período pós-Restauração: Forte do Cão (Âncora), Forte da Lagarteira (Vila Praia de Âncora), Forte da Ínsua (Cristelo/Moledo) e conjunto amuralhado de Caminha. Estas fortificações e suas guarnições proporcionariam uma relativa segurança na passagem da *Estrada Real* junto ao mar.

Várias ordens de razões podem encontrar-se associadas à localização estratégica destas propriedades. Razões de segurança e de controle da passagem da estrada secundária interior parecem estar na origem da implantação de muitos destes imóveis, estrategicamente virados para essa via (com capelas posteriormente construídas e viradas à estrada pública (*devido à sua muito concorrência*), em ramificações da mesma ou até mesmo no alto dos lugares mais elevados dessas mesmas freguesias.

Razões económicas e de controlo das subsistências estarão, igualmente, na origem da construção de muitas destas edificações. A partir de 1657, o Conde de Castelo Melhor, Governador das Armas da Província do Minho, lançava constantes alertas sobre a necessidade urgente de alimentar os soldados (*pão de munição*) e a cavalaria (*palhas*) e de se prender os prevaricadores do seu açambarcamento ou contrabando. Entre várias ordens emanadas, a seguinte é conclusiva quanto à sua urgência e condições de implementação das culturas necessárias para o efeito:

(...) Como a palha painça que até agora se lançava por todos os concelhos e lugares (...) para a cavalaria que assistia nesta fronteira se não podia sustentar os poucos cavalos que havia nela (...) desde agora em diante a força que o número dos cavalos seja muito maior e que nunca lhe possa vir a faltar o mantimento necessário (...) segundo informação que temos de pessoas mais práticas e de maior experiência, se obrigará a toda a pessoa que nesta província semear milho que a terça parte dele seja painço (...) por respeito da palha e a todos aqueles que fizerem o contrário, além de se lhes tomar por perdido o que se lhes achar semeado, serão obrigados com todo o rigor, como quem é contra o serviço de Sua Majestade que tanto convém à defesa e conservação desta província ... 22 de janeiro de 1657¹⁵.

14 Existe ainda a Casa da Torre em Lanhelas, construída a partir de finais do século XV. Com três imponentes torres, duas edificadas no século XVI, é ainda desconhecido o seu papel pelo desaparecimento das fontes.

15 AMC, *Registo Geral*, Registo de vários papeis, cartas de nomeação, petições, etc. (1652-1660), fl. 106 e ss.

Exigia-se ainda, conforme a área, que cada concelho entregasse determinadas quantias de milho, centeio e palhas. Em 1660, o concelho de Caminha era obrigado a entregar 12 mil alqueires¹⁶ de milho, 4 mil de centeio e 15 mil copas de palha¹⁷. Esta obrigatoriedade, aliada à vigilância do trajeto militar, atenção à produção e seu adequado escoamento, fará proliferar o número de quintas no vale do Coura que, na sua maioria, terão militares à cabeça.

Como exemplo, uma delas, em pleno coração do Vale do Coura (Venade), pertencia a Francisco Gomes d'Eça, (Cavaleiro da Ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício, mesário da Misericórdia). Esta seria a sua segunda habitação, uma vez que possuía uma primeira residência na rua do Vau, Caminha, perto do cais de passagem do rio Coura em direção a Seixas e à Estrada Real para as praças militares a Norte. De 1657 a 1659, foi assentista, isto é, responsável pelo aprovisionamento do *pão da munição e da cevada e palha para o sustento da cavalaria das praças (...) provendo 4 mil rações de pão por dia para os soldados (...) e ainda sustento para 400 cavalos*¹⁸. Possuía ao seu serviço 6 comissários e uma rede extensa de condutores de carretos dos mantimentos, para além de um vasto número de escravos e serviçais. Se na sua residência de Caminha podia controlar o embarque/desembarque de géneros, na sua quinta do vale do Coura (Venade), podia controlar a chegada dos mesmos ou a sua produção.

660

Após o falecimento da sua primeira mulher em 1659, irá contrair um segundo matrimónio em 1663, com D. Luísa Barbosa Lobo, de ascendência Pita. Dos filhos conhecidos, dois chegaram à idade adulta. José Gomes d'Eça seguiu a carreira eclesiástica em 1689¹⁹. Giraldo Gomes d'Eça tornou-se Escrivão da Alfândega de Caminha e Provedor/Escrivão da Misericórdia de Caminha. Francisco Gomes d'Eça faleceu em 1686, não sem antes produzir o seu testamento e deixar exuberantes legados à Misericórdia, Confrarias e Conventos, além de um bem de alma de grande aparato. No investimento feito nas carreiras dos filhos permanecerá o seu estatuto.

Avaliar a dimensão destas propriedades em época onde não existiam cadastros de propriedades é praticamente impossível, ainda mais pelo facto de que estes imóveis irão ser sujeitos a transformações consecutivas no edificado e sofrerão, ainda, partilhas entre os seus herdeiros, reduzindo-lhes sucessivamente a sua área. Somente através do cruzamento qualitativo de fontes se poderá chegar a uma aproximação da sua área e funções, como no seguinte caso:

16 Um alqueire de milho correspondia a cerca de 15 quilos, o que perfaz 187.500kg e 60.000kg, respetivamente, de milho e centeio. Uma copa de milho representava um molho de pés, com cerca de 25 cm de diâmetro.

17 AMC, *Registo Geral*, Registo de vários papeis, cartas de nomeação, petições, etc. (1652-1660), fl. 181.

18 AMC, *Registo Geral*, Registo de vários papeis, cartas de nomeação, petições, etc. (1652-1660), fl. 162 e ss.

19 ADB, *Inquirições de Generi*, Processo 27409.

Diz **Pedro da Rocha Pita** [capitão de Infantaria, único filho conhecido de um dos instituidores da Casa Pita] *que ele para servir o ofício de executor e recebedor do Almojarifado da vila de Viana da Foz do Lima e seu termo é necessário dar fianças abonadas (...) que fizeram **Francisco Barbosa Pita** [Fidalgo da Casa Real e Procurador às Cortes] e **Inigo Lopes de Anunciabai** [Tabelião público, Provedor e Escrivão da Misericórdia] e **Sebastião Pita Soares** [capitão de cavalos, Comendador da Ordem de Santiago, Familiar do Santo Ofício] por nos parecer bastante e os fiadores abonados (...) e na **quinta de Venade de Francisco Barbosa Pita da vila de Caminha e sua mulher Maria da Costa Lobo de Mesquita (...)** foi dito que Pedro da Rocha Pita (...) estava provido para servir de executor no Almojarifado da vila de Viana e sua comarca no ano (...) de 1655 por ordem de Sua Majestade e porque na forma do Regimento de Fazenda do dito Senhor que serão de 660 mil reis (...) que era a décima parte do recebimento do almojarifado e para que ele o possa servir (...) hipotecavam a sua Quinta (...) com suas casas sobradadas e terreiras e devesas e matas campos hortas e moinho e vinhas e terras lavradas que tudo está cerrado e circundado com suas águas de rega e fonte que tudo está dentro da dita quinta (...) que a faziam em 8 mil cruzados (...) e Inigo Lopes de Anunciabai e sua mulher Marta Lobata Pita se obrigavam por fiadores (...) a sua quinta de casas sobradadas em que agora vivem sitas no arrabalde desta vila cerradas e circundadas (...) que valia 2 mil cruzados (...) e o capitão Sebastião Pita Soares desta mesma Vila e sua mulher D. Ana Maria de Barbosa e Caldas (...) também se obrigavam por fiadores (...) a sua quinta de Venade com suas casas sobradadas e mais pertences, cerradas e circundadas (...) a estimavam em mais de 2 mil cruzados e assim mais a sua quinta (...) na mesma freguesia de Venade aonde chamam o Alveiro²⁰ cerrada e circundada com suas matas (...) que vale 2 mil cruzados (...). Na vila de Viana da Foz do Lima aos 7 de novembro de 1654 (...) ²¹.*

Neste exemplo se infere da teia de interesses estabelecida entre vários elementos de elite da Família Pita, da construção de várias quintas em Venade e Vilarelho no período pós-Restauração, da vasta área de produção alimentar, onde não faltavam sistemas de rega, moinhos, matas, terras lavradas, etc.²². Os três fiadores, apesar de habitarem nas suas moradas em Caminha, colocarão herdeiros à frente destas quintas.

20 Alveiro = moinho.

21 AMC, Registo Geral, *Registo de vários papeis, cartas de nomeação, petições, etc. (1652-1660)*, Trespado da escritura de fiança que fez Pedro da Rocha Pita desta Vila, fl. 81v e ss.

22 O valor total das fianças atingiu 12 mil cruzados que, convertidos em 400 reis cada, ascenderiam a perto de 5 milhões de reis, valor muito significativo para a época. Se o valor da fiança (600 mil reis) correspondia a um décimo da quantia a arrecadar nesse ano económico, a receita anual de Viana e seu termo seria de 60 milhões de reis.

Este investimento na propriedade fundiária parece assinalar o início de uma nova fase económica concelhia, relegando a atividade marítima para um plano secundário, ou mesmo, desinvestindo nela totalmente. Nestes séculos ainda não foram encontradas evidências fortes da participação destas camadas sociais no relançamento da atividade marítima comercial após a pacificação ibérica, tanto mais que, a existir, a Guerra da Sucessão de Espanha veio travar de novo esses possíveis ímpetos. Note-se também que a ação da *Pequena Idade do Gelo* e o consequente e progressivo assoreamento do rio Minho poderiam estar na origem do desencanto no investimento de novas embarcações e na navegação por parte destas famílias dominantes. A navegação fluvial de embarcações de grande porte tornou-se cada vez mais difícil e, nestas condições, foi necessária a adaptação dos barcos sem quilha aos fundos dos rios. Nas Memórias paroquiais de 1758, podemos encontrar inúmeras referências às condições de assoreamento da costa e dos rios (Capela, 2005: 109-146):

Âncora – Não possuía porto de mar, com desembarque impossível *por ter parte areado e parte da costa de penedia bravia.*

Cristelo – (...) *a maior parte da grande e real mata (...) do Camarido (...) que está entre os areais do mar e os campos e terras (...) que os defende de que se não cubram de areia.*

Moledo – (...) *barra portuguesa pela qual estando praia-mar e tendo vento Sul entram alguns iates e caravelas (...) e também por ela podem entrar outras embarcações que não sejam grandes, entram lanchas e barcos de pescaria e estes a toda a hora, é esta barra bastantemente larga com muitas pedras (...) e para dentro está muito cheia de areia (...).*

Vilar de Mouros – Navegável até à ponte, utilizavam-se barcos de pequeno porte *que andam à vara e também a remos em tempo que há maré, a qual vem do mar por ele acima (...).*

Mas já em 1722 se assinalava este avanço das areias: (...) *antigamente chegava esta mata [do Camarido] até ao mar, porém as areias cresceram aqui de modo que se veem alguns sobreiros e pinheiros somente com as coroas de fora* (Morais, 1722: 81).

Se analisarmos a totalidade dos óbitos ocorridos durante este período e, em particular, em contexto das viagens para o Brasil, dos 167 óbitos registados em todo o concelho, 84 pertencem a indivíduos locais, número que se afigura diminuto para esta atividade. Analisando os percursos de vida destes 84 migrantes, seu enquadramento familiar, ocupações, etc., podemos destacar que apenas 31% não pertenciam às artes de pesca: 3 mercadores, 6 soldados, 1 caldeireiro, 1 sangrador, 1 ferreiro, 3 sapateiros, 1 médico,

6 sacerdotes (estes ligados a casas privilegiadas) e 4 com profissão indeterminada. Dos 58 pescadores e marinheiros restantes (69%), analisados o enquadramento familiar e sufrágios, concluímos que se tratavam, na sua maioria, de indivíduos pobres ou remediados, sem grande capacidade financeira. Até ao presente momento, não foram encontradas referências a parcerias marítimas ou instrumentos notariais com as elites concelhias durante o período em análise.

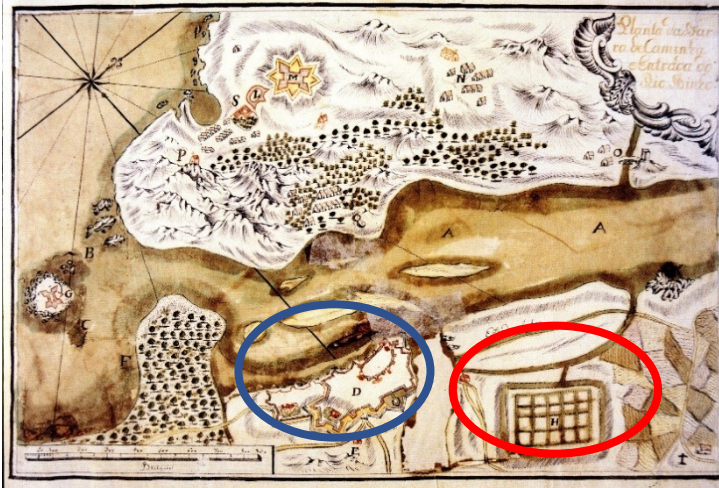
Relativamente à comunidade marítima, poderemos equacionar a hipótese que, uma vez que este grupo profissional se encontrava isento do serviço militar, se deslocaria para o Brasil durante os tempos de instabilidade política ibérica, já que 73% da sua totalidade faleceu entre 1640 e 1720. E tudo parece indicar que sim, uma vez que a Confraria dos Mareantes que possuía como seu principal *sustento* uma percentagem das pescarias, se viu obrigada a designar procuradores seus para arrecadar essa receita na costa brasileira *porquanto os pescadores que vão pescar ao Brasil e Baía de Todos os Santos e mais partes, não dão satisfação do que devem das suas esmolas à dita confraria, conforme a obrigação que tem, como consta dos estatutos*²³.

Este silêncio documental acerca do envolvimento comercial e económico das famílias mais abastadas caminhenses nas atividades marítimas após a Restauração, bem como a sua orientação no investimento em direção ao interior do território concelhio, quintas, sua preservação e controle da terra, torna-se ainda mais evidente no caso da família de Lourenço da Gama e Andrade e seus sucessores que construíram uma das maiores quintas viradas ao rio Coura (Quinta da Barge ou Várzea). O sal, bem essencial para as populações, era comercializado pelos mareantes e barqueiros de Caminha ao longo do rio Minho até Monção. Em 1701, Lourenço da Gama e Andrade (fidalgo da Casa Real e cavaleiro professo da Ordem de Cristo) juntamente com Duarte de Melo e Sousa Souto (alcaide mor e capitão-mor da vila de Caminha e senhor da Casa de Barbeita (Monção)), aforaram à Câmara um vasto campo baldio, localizado no lugar de Marinhas e na foz do rio Coura (Figura 6):

*(...) que cobria as marés quando enchiam o qual não produzia pastos alguns nem por ele havia serventia pública nem particular de pessoa alguma e que nem as águas com as marés davam lugar a havê-la pelo queriam sendo sócios fazer em o dito baldio uma **marinha de sal** por ser capaz naquele sítio e ser utilidade pública daquela vila e termo e das mais circunvizinhas por não haver outra alguma marinha (...) em que se faça sal o qual vem de fora ou vão buscar à vila de Viana e porque haviam de fazer uma considerável despesa lhe aforaram os oficiais da Câmara da dita vila de Caminha (...) o qual foi medido (...) e*

23 Confraria do Senhor dos Mareantes, *Livro de Treslados e Estatutos*, pp. 22v.

*acharam ter pela parte do Nascente e da do Cruzeiro 420 varas²⁴ e do Aguilão pela parte do rio 300 varas e pela parte do Nascente e outras 420 varas e pela parte do Vendaval entestando com a Calçada e Caminho Público de Nossa Senhora da Ajuda outras 300 varas de 5 palmos cada uma com a obrigação de pagar à mesma Câmara 800 reis cada ano de foro dele (...)*²⁵.



664

Figura 6. Localização de Caminha e da Marinha de Sal (1758)

Fonte: BRANDÃO, Gonçalo Luís da Silva (1758) Apesar do aforamento ser certamente uma despesa menor, a construção das salinas e junto delas umas casas grandes para meter o sal o qual está dividido em duas partes (Morais, 1722: 156) a sua rentabilização e transformação em sal e respetivo escoamento, seriam, certamente, investimentos de vulto para a época, tendo em conta a dimensão da sua área que, praticamente, se pode comparar à da vila de Caminha, segundo a Carta Topográfica de 1758.

O mesmo Lourenço da Gama e Andrade mandou também edificar em Vilar de Mouros *onze moinhos, uns abaixo dos outros, moendo com a mesma água (...)* e trazendo-a com quase 2 léguas de distância. (...) Foi obra muito útil não só para o povo, mas também para os netos do dito Lourenço (Morais, 1722: 87).

Também na freguesia de Argela foi construído um conjunto de 36 moinhos, enfileirados pela serra abaixo, e muitos homens possuíam as profissões de *albencos* (construtores de moinhos e responsáveis pela sua manutenção) e moleiros (Rego, 2013b: 63-69). Estes

24 Se a vara utilizada correspondesse a 1,1 metros, a área da salina possuiria cerca de 80 mil m². Se se tratasse da vara romana, teria 60 mil m².

25 AMC, *Autos e apegão dos bens de raiz, propriedades, foros, rendas e maus cousas que tem o concelho de Caminha que apegaram e tomaram os oficiais da Câmara da dita Vila (1587-1762)*, Cota 1.4.1.38, pp. 82-84.

exemplos demonstram avultado investimento na produção alimentar que, certamente, não seria possível ao bolso do pequeno ou médio lavrador.

De grande dimensão (também certamente aforada), podemos destacar a mata pertencente a Brás Caetano Pita Leite (pertencente à 4ª geração de um dos instituidores da Família Pita) *cuja grandeza é circundada de muros, tendo mais de 1 légua de circuito, e é toda de carvalho, sobreiros, e pinheiros, e tem abundância de coelhos e perdizes* (Morais, 1722: 80).

No entanto, como já foi referido, a mobilidade masculina no concelho de Caminha era elevada – como o era em toda a região do Alto Minho – em direção ao Sul de Portugal e de Castela, mesmo em tempo de guerra. Em 1657, o Governador de Armas emanava ordem urgente de prisão e arresto de todos os bens (...) *a todos aqueles moradores que tiverem notícia ou suspeitas que se querem ir a Castela a trabalhar cada um no seu ofício e presos me darão parte, para logo se proceder contra eles como inconfidentes e ruins vassallos desta Coroa* (...) ²⁶.

Na área em estudo, a presença de trabalhadores galegos foi uma constante, devido à proximidade transfronteiriça com a Galiza e, principalmente, a afinidades socioculturais e profissionais ancestrais. Dada a saída dos trabalhadores masculinos do concelho, a falta de mão-de-obra facilitou esta fixação. No entanto, esta realidade conhece taxas bem diferentes ao nível da mobilidade marital nas diversas áreas do concelho de Caminha. Mas é precisamente no Vale do Coura, Caminha e suas freguesias-satélites, onde foi encontrada a maior concentração de nubentes galegos, o que parece confirmar essa necessidade para as áreas de cultivo (Rego & Silva, 2021: 307-330).

665

26 AMC, Registo Geral, Registo de vários papeis, cartas de nomeação, petições, etc. (1652-1660), op. Cit., fl. 111v.

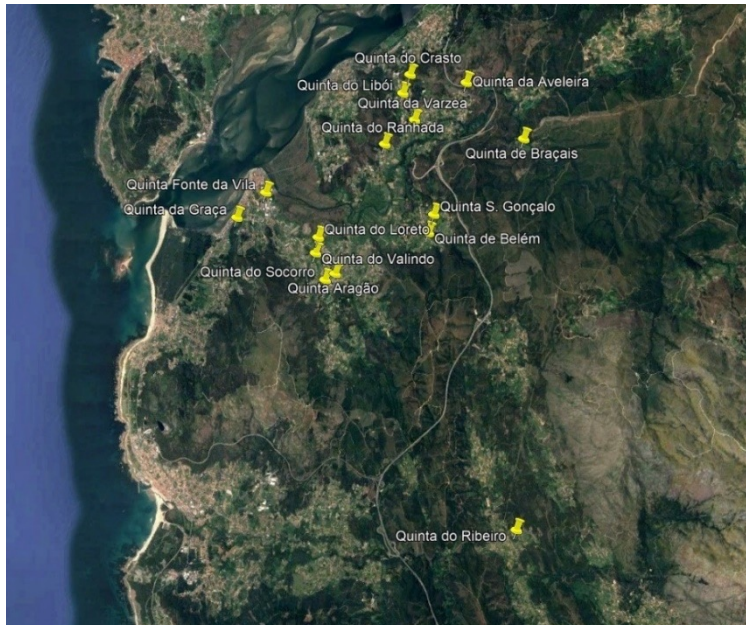


Figura 8. Localização das Quintas

1. Orbacém

Orbacém, sendo uma freguesia que durante o século XVIII possuía em média 120 fogos e uma população entre 450-480 indivíduos (Rego, 2013a: 105-119), era um corredor de fluxos de passagem. Encontrava-se a sul do concelho, na encruzilhada de várias vias: de leste, das populações dos concelhos interiores do Vale do Lima, do Sul, de Viana do Castelo, de Oeste, da orla costeira. A secular ponte de Tourim proporcionava-lhe a passagem sobre o rio Âncora. E parece ter sido este posicionamento estratégico que obrigou ao assentamento de militares, já que nela se inaugurava a passagem interior do concelho de Caminha.



Figura 9. Quinta do Ribeiro
Fotos: Luís Valadares.

A Quinta do Ribeiro (área atual aproximada de 34.200 m²) localizada em promontório, rodeia a igreja paroquial e todo o espaço religioso, descendo até ao nó da estrada. Com alta varanda virada a sul, domina a entrada e passagem da via interior.

668

Proprietários conhecidos da Quinta do Ribeiro

Luís de Cea Marinho (n. 1626 em Caminha, **capitão** pelo menos desde 1664) casou com D. Luísa Pereira de Mendonça (n. 1656, Caminha) em 1675. O noivo era filho de Mateus Lobo de Mesquita (Escrivão e Provedor da Misericórdia, Vereador) casado com Ana Fagundes.

O casal foi viver para a Quinta de Orbacém e em 1677 nasceu o primeiro filho de um total de 7 registados. Destes, Agostinho Barbosa Lobo seguiu a via eclesiástica, bem como a sua irmã D. Paula de S. Pedro. O herdeiro da propriedade foi:

António Barbosa Lobo, n. 1682 (**Monteiro-Mor** da Serra d'Arga, Fidalgo Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Vereador, Almotacé) casado com Ana Maria Liz de Castro Vasconcelos em 1735. Desta união, nasceram 3 filhos, dos quais existe informação sobre o filho Pe. José António Lobo (Familiar do Santo Ofício) e do Licenciado Jacinto Luís Barbosa Lobo de Abreu Brandão.

A Casa continuou na família, sendo conhecido o casamento de D. Maria Rita Barbosa Lobo de Abreu Brandão em 1805, com Gaspar Wernec Ribeiro de Aguiar.

2. Argela

A freguesia de Argela, interiorizada, insere-se em vale plano e muito fértil, devido à multiplicidade de regatos que descem da Serra d'Arga. Apesar de tudo, a mobilidade masculina foi relativamente forte para uma freguesia que possuía entre 290 a 380 habitantes em Setecentos (Rego, 2013a: 105-119). Aquelas características morfológicas e a grande quantidade de moinhos existentes, levou um cronista da época a escrever que *quase todos os moradores são moleiros* (Morais, 1722: 92). Por este conjunto de razões, existe uma fixação de 10,3% de noivos e 4,1% de noivas de origem galega a casar para Argela, possivelmente para suprir a falta de mão-de-obra, muitos deles com a ocupação registada de criados e caseiros nas Quintas.

a) Quinta de São Gonçalo (área atual aproximada de 4.400 m²)

A Quinta encontrava-se estrategicamente localizada, quer junto aos fornos de produção de Cal (atividade já referida em 1643, da qual subsiste o seu topónimo), quer junto dos 36 moinhos enfileirados e alimentados pelas águas do Monte Solar. Ainda em 1828, as profissões dominantes de Argela continuavam a ser “lavrador/jornaleiro/albenço/moleiro” (Rego, 2013b: 63-69). A Quinta de São Gonçalo foi construída ou reedificada por:

Gonçalo da Rocha Pereira. (Juiz da Alfândega de Caminha, Vereador) casado com D. Lourenciana Lobo de Mesquita em 1679, de Caminha. O pai de Gonçalo, de nome homónimo, era também Juiz da Alfândega de Caminha. Lourenciana era filha de Carlos da Fonseca Lobo (Juiz de Fora, Recebedor do Consulado). Nela também foi edificada uma capela em devoção a São Gonçalo e onde o casal foi sepultado.

A Quinta passou para a única filha conhecida – Rosa Maria Soares Pereira – nascida em 1681 e que casou em 1701 com Heitor Luís Barbosa de Lima e Melo, de Formariz, concelho de Paredes de Coura (Familiar do Santo Ofício e Monteiro Mor do concelho de Coura) ambos também falecidos na sua Quinta. O imóvel passou para várias gerações até meados do séc. XIX e, a partir de então, são mencionados caseiros de ascendência galega.

b) Quinta de Nossa Senhora de Belém



Figura 10. Quinta de Nossa Senhora de Belém
Foto: Luís Valadares.

670

Esta quinta (área atual de 32.200 m²) encontra-se localizada e virada para a via interior a sul (Vale do Âncora) e a norte ao Vale do Coura. Tem capela própria e encontra-se murada em todo o seu perímetro. Pertenceu a:

Manuel Gonçalves Gomes (capitão, vereador, almotacés, repartidor e lançador das sisas pela nobreza) casou com Esperança de Azevedo em 1703, em Caminha, Rua do Vau. O casal possuía inúmeros escravos e criados.

Mandou construir a quinta de Nossa Senhora de Belém e a capela do mesmo nome foi terminada em 1734, mantendo as duas residências. Dos seus filhos, é conhecida a morte de quatro:

- a. Silvestre Gonçalves Gomes de Azevedo, **padre**, f. 1738, rua do Vau.
- b. Manuel António de Azevedo, **padre**, f. em 1736.
- c. Francisco João Gomes de Azevedo, **padre frei**, sem óbito.
- d. Maria Teresa, **solteira**, falecida em 1752.
- e. O herdeiro **Pedro Gomes de Azevedo**, nascido em 1706 (**vereador**, almotacés, escrivão da Misericórdia, licenciado) casou com D. Teresa Maria Isidora da Cunha do Rego de Viana, também com segunda residência na Rua do Vau. São conhecidos os nascimentos de dois filhos, dos quais:

António José Gomes de Azevedo da Cunha Rego (Capitão), Cavaleiro da Ordem de Cristo) é o herdeiro do avô. Casou com D. Benta Josefa de Barros Maciel, filha única de **Manuel da Costa Taveira (alferes de cavalos, vereador, almotacé)**. Deste casal nasceram 11 filhos:

O trineto do proprietário – **António Gomes Cunha Rego** – foi orientado para a carreira eclesiástica em 1785.

Dos restantes 10 filhos, só se casou **Inácio da Cunha Rego** com D. Joana Nicásia da Cunha de Amaral Borgel da Silva, mantendo-se na Quinta de Belém. Inácio da Cunha Rego acumulava os seguintes títulos: Cavaleiro Fidalgo da Casa Real, membro do Conselho de Sua Majestade, Tenente Coronel da Infantaria, tendo participado nas Guerras Napoleónicas.

c) **Quinta das Pereiras** (área atual indeterminada)

João Pereira da Silva, de Caminha (**Almoxarife**, juiz dos Direitos Reais, licenciado, vereador, almotacés...) casou com Teresa de Aguiar Barreiro, de Lisboa. Em 1749, foi terminada a construção da Capela de Santa Teresa de Jesus, na mesma Quinta. Sem data de casamento, o primeiro filho de 5 descendentes nasceu em 1727. O sucessor da Quinta foi:

Eugénio António Pereira de Aguiar (Familiar do Santo Ofício) casado com Clara Gonçalves em 1761. A Quinta passou para o único herdeiro:

João António Pereira da Silva casado em 1783 e manteve-se na família até finais do século XIX. Entrou em decadência pelos inúmeros herdeiros existentes nesta geração.

671

3. Venade

Oscilando entre 600-640 habitantes e 100-120 fogos, a freguesia localiza-se em zona de vale, cercada de abas da serra e trespassada por ribeiros do rio Coura, com vastos campos de lavradio e vinhas férteis. Contorna-a a estrada interior para a qual foram edificadas várias capelinhas de passagem, designadamente a da Senhora do Bom Caminho que está associada aos Caminhos de Santiago.

O rol das Ordenanças de inícios do século XIX (onde se incluíam todos os indivíduos maiores de 15 anos) revelou que 87,5% dos chefes de famílias se dedicavam à agricultura (Rego, 2013b: 132). A comunidade procurou nubentes do exterior para suprir a falta de mão de obra agrícola, destacando-se a de origem galega, bem como de outros concelhos do distrito e do resto do país, incluindo um volume assinalável de 18,6% de noivas de fora (Rego & Silva, 2021: 9-10).

a) **Quinta do Loreto**



Figura 11. Quinta de Loreto
Foto: Luís Valadares.

672

Belchior de Cunha de Castro (**alferes de infantaria** em 1665) casou com D. Maria da Cunha Soto em 1665, com residência em Caminha. De 8 filhos registados, Bartolomeu e Teotónio foram orientados para o sacerdócio. Outro, Manuel Cunha de Castro, foi capitão no Rio de Janeiro. Em 1703, já existia a Quinta do Loreto (com a área atual de 26.500 m²) e, em 1704, a viúva Maria da Cunha Soto pediu ao Arcebispado de Braga autorização para construir a Capela da mesma devoção *com porta para uma estrada real que vai de Caminha a Vila Nova de Cerveira, capela muito necessária para os passageiros e caminhantes ouvirem missa*. Ela e a filha Bernarda foram sepultadas nessa Capela.

Nenhum descendente parece ter casado e, por último, o descendente Padre **Bartolomeu Pereira da Cunha** legou a capela e Quinta ao **Padre Manuel Fiúza** de Vila Nova de Cerveira que, por sua vez, passou os vínculos ao sobrinho:

António Marinho Fiúza (**Juiz de Fora**) que casou em 1715 com Catarina Maria Figueiroa Pita, de cuja união existem 13 filhos registados. Aos descendentes do filho **Bernardino Pereira Pita Serpe de Castro, capitão**, foi atribuída a Quinta pelos restantes ascendentes solteiros.

b) **Quinta de Francisco Barbosa Pita** (área atual aproximada 2.000 m²)

Pela escritura já referida de 21 de outubro de 1654, **Francisco Barbosa Pita** (Fidalgo da Casa Real e Procurador às Cortes) e sua mulher D. Maria da Costa possuíam uma quinta

contígua à estrada interior *com suas casas sobradadas e terreiras e devesas e campos hortas e moinho e vinhas e serras lavradas que tudo está cerrado e seu condado com suas águas de rega e fonte que tudo está dentro da dita quinta que parte da banda do Norte e Nascente com estrada*. O valor da propriedade totalizava 8 mil cruzados. A casa possui uma data inscrita com as iniciais FBP-1639 que deve associar-se ao proprietário e à construção. Do casal, existiu numerosa descendência:

Isabel Teixeira Gama, casada em 1660 com Francisco da Rocha Lobo. Este casal, sem descendência, passará a propriedade a:

Luísa Barbosa Lobo que casou com **Francisco Gomes d'Eça** (Assentista, mercador, militar, Cavaleiro da Ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício, Escrivão/Provedor da Misericórdia). Deste casal, nasceram 6 filhos, tendo casado somente:

Geraldo Gomes d'Eça (Escrivão da Alfândega, Provedor da Misericórdia) que casou com Antónia Maria de Andrade em 1702, sem descendência. A viúva recasou com **Brás Pita Ortigueira** (Provedor da Misericórdia). Casal sem descendência.

A Quinta passou para a posse da Santa Casa da Misericórdia que, por sua vez, a vendeu à família **Pinheiro de Aragão**, que nela se instalou no século XIX.

673

4. Vilarelho

À época, a freguesia de Vilarelho era considerada um arrabalde da vila de Caminha, devido à impossibilidade de expansão territorial desta última. No entanto, a sua população esteve na origem da formação da vila e a sua igreja (...) *foi a primeira fundamental por isso se chama a igreja Velha de Caminha, aonde todos os moradores ouviam missa e como naquele tempo não havia muralhas, toda a freguesia era uma, e depois se fizeram muralhas, se dividiu*²⁷.

A sua população fornecia-lhe os recursos alimentícios necessários, porém na condição de rendeiros ou caseiros das terras e, só com a desamortização oitocentista, foi possível comprar algumas propriedades a antigos senhorios (Alves, 1985: 390-394). Assim, é compreensível que, numa primeira fase, a construção de quintas rodeasse as muralhas do velho burgo.

À medida que a comunidade marítima caminhense se desenvolvia, também era certo que estas famílias de origem humilde recebiam nubentes de fora, quer soldados infantas quer jornaleiros galegos. Os primeiros porque casavam com raparigas filhas de

²⁷ Cartório Notarial de Caminha, *Livro de Usos e Costumes de Vilarelho*, 1708.

pescadores à falta de espaço nos precários e insuficientes quartéis militares, os segundos para suprir as necessidades de mão-de-obra necessária para os campos. O mercado marital exogâmico expandiu-se consecutivamente em Vilarelho, passando de 43,1% no século XVII para 64% no século XVIII e 72% no seguinte (Rego & Silva, 2021: 330). Entre várias quintas, destacamos algumas pela sua importância e sobre as quais existe maior conhecimento das famílias aí residentes, notando também que as propriedades foram sendo sucessivamente divididas:

a) **Quinta da Fonte da Vila** (área atual estimada de 1.100 m²)

Gaspar Pita Serpe (Tabelião do Público, Vereador, Almotacés) casou com Isabel Pita de Anunciabai em 1614, com residência em Caminha. Dos 8 descendentes registados, o filho:

Inigo Lopes de Anunciabai (Tabelião do Público e do Judicial) casou com a sua prima Marta Lobato Pita em 1651. Em 1654, já viviam na Quinta da Fonte da Vila, o que parece indicar uma edificação recente. De 7 filhos registados, sucedeu-lhe na Quinta o descendente:

Bernardino Pereira Pita Serpe de Castro (Capitão, Cavaleiro da Ordem de Cristo) casado com Margarida de Passos Figueiroa em 1693, filha do capitão António Tinoco Rebelo da Fonseca. De 4 crianças registadas, sucedeu-lhe o filho:

Eugénio Pereira de Castro, nascido em 1695 (Capitão de Granadeiros da Guarnição, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, Escrivão e Provedor da Misericórdia, Vereador do Senado da Câmara) e para onde os demais membros do Senado camarário se deslocavam para as habituais reuniões em *suas casas da Fonte da Vila*. Foi sepultado na Capela de N^a S^a de Guadalupe dentro de sua Quinta. Casou-se com Mariana Teresa Lebrão de Almeida, de cuja união não se conhecem descendentes. O Inventário Orfanológico desse ano informa que deixou os seus bens a vários sobrinhos²⁸.

b) **Quinta da Graça** (área atual estimada de 3.160 m²)

A Capela da Graça foi construída em 1613 pelo Padre Dr. Gaspar Gonçalves, Abade de Arão com quinta e casa. À sua morte (1621), a propriedade foi herdada pelas suas sobrinhas, filhas de seu irmão António Gonçalves Soto (Tabelião):

D. Gracia da Rocha Fienes casou com António de Azevedo (capitão, escrivão do Senado da Câmara). Nasceram 3 filhos, sem descendência conhecida.

674

28 ADVCT, Livros Paroquiais de Caminha, *Livro de Testamento nº 2*, fl. 94 e ss.

D. Hipólita da Rocha Fienes casou em 1621 com **Francisco de Almeida Leitão** (criado do Estribeiro Mor do Duque de Caminha, tabelião, vereador). Entre 5 filhos, a propriedade foi herdada por:

Manuel Leitão de Almeida casado Maria de Castro Brandoa, sem descendentes em idade adulta. Casal foi sepultado na Quinta da Graça.

Francisco Leitão de Almeida (Tabelião do Público, Provedor) casou com Catarina Soares de Moura. Entre os seus 3 descendentes, herdou a propriedade:

Maria do Lado (**religiosa** do convento de Santa Clara em Caminha), sua administradora em 1722. Entre os seus irmãos não havia descendência. Faleceu em 1735 e a propriedade passou para a descendência colateral Pita:

Pedro da Rocha Pita (Capitão, Cavaleiro da Ordem de Cristo) casado com Teresa Maria da Rosa (senhores da Quinta de Valindo). Manteve-se nesta família Pita até 1797, quando foi vendida à Família Vilaboas, donos também da Casa de Leiras.

c) **Quinta de Valindo** (área atual de 9.500 m²)



Figura 12. Quinta de Valindo
Foto: Luís Valadares.

Em 16 de outubro de 1717, **Pedro da Rocha Pita** (capitão de infantaria, Cavaleiro da Ordem de Cristo) solicitou ao Arcebispado de Braga autorização para a construção de uma Capela *na sua Quinta de Valindo onde assiste a maior parte do ano* (Figura 12) na estrada que vai para Ponte de Lima. Foi autorizada a sua construção e terminada em 1723, data do casamento com D. Teresa Maria da Rosa, de Viana do Castelo. Pedro da Rocha Pita era filho de António Pita da Rocha (Provedor da Misericórdia) e D. Páscoa de Araújo e Aguiar, residentes no Terreiro em Caminha. A única herdeira faleceu solteira. A propriedade retornou para a família Pita, de Caminha.

Foi vendida durante o século XIX, mas subsiste ainda a quinta e capela.

5. Vilar de Mouros

Na época, Vilar de Mouros era uma das freguesias mais ricas do concelho, condição que se reflete ainda hoje no seu edificado religioso e civil. Em termos estratégicos, destaca-se a sua ponte medieval (de fundações romanas), tendo desaparecido a torre militar em Oitocentos, talvez da mesma época. Era através dela que se ultrapassava o rio Coura, à data muito caudaloso e capaz de navegação desde a foz do rio Minho. Passado o rio Coura, para Sul, fica a vila de Caminha, para Norte as praças militares ligadas pela Estrada Real.

676

Esta freguesia tem uma área de 10,38 km², com uma média de 160-190 fogos e 700-800 habitantes no século XVIII. Localizada em vale rodeado por serras, muito fértil, com muita produção da farinha para moagem, revelando-nos uma agricultura forte onde a falta de mão-de-obra era suprida muito à custa de fixação de noivos galegos (10%). Convergiram, assim, a localização privilegiada e o controle da produção alimentar.

a) Quinta da Várzea (área atual estimada 3 hectares)



Figura 13. Quinta da Várzea

Fonte: <https://quinta-da-varzea-villa.norteportugal>.



Figura 14.
Foto: Luís Valadares.

O morgadio foi constituído em 1621 por **Miguel Andrade da Gama** (de Caminha), casado D. Maria Rodrigues (de Vilar de Mouros).

O seu neto **Lourenço da Gama de Andrade** (Cavaleiro da Ordem de Cristo) casado com Joana da Gama Sotomaior, conservava casas em Caminha e em Vilar de Mouros, mantendo as duas residências.

Em 1711, como já referimos, **Lourenço da Gama de Andrade** emprazou ao Senado da Câmara um junqueiral no rio Coura para a produção de sal, sendo como sócio Duarte de Melo e Sousa (4º alcaide Mor de Caminha). Lourenço da Gama mandou ainda construir 11 moinhos, em declive e ainda 1 lagar de azeite, em Vilar de Mouros. Em 1758, existiam já 27 moinhos *todos em fiada pela encosta abaixo moem todos com a mesma água que vem daqui 5 léguas por monte baldio e que são todos de D. Lourenço de Amorim que reside no Porto. A propriedade da Várzea foi edificada virada às salinas e ao estuário do rio Coura e Minho. Sucedeu-lhe:*

D. António Maurício de Sousa Amorim (Fidalgo da Casa Real, Vereador, almotacés) que se casou com D. Joana da Gama Lobo Sotomaior, em 1717, herdeira de Lourenço da Gama de Andrade. Casal com numerosa descendência, entre os quais:

D. Lourenço de Amorim da Gama, nascido em 1717 (Cavaleiro da Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa Real, Mestre de Campo de Infantaria, Almotacés no Porto, Senhor do morgado de Vilar de Mouros e 1º Senhor do Palácio de Bonjóia (construída por si em 1759, por Nicolau Nasoni) e casado com Maria Violante Guimarães.

A Quinta mantém-se até à atualidade.

b) Quinta da Azeleira (ou de São Caetano) (área indeterminada)

Martinho Gonçalves da Rocha (capitão) casou-se com Ângela Pinheiro, em 1683. Não se conhece ao casal descendência herdeira da propriedade.

Em 1708, a viúva casará pela 2ª vez com **Francisco Coelho da Silva** (alferes/tenente de infantaria) que faleceu em 1710. Foi sepultada na sua capela de São Caetano.

Por sua vez, o viúvo **Francisco Coelho da Silva** vai casar pela 2ª vez com D. Inês de Santo Agostinho e Castro Oliveira (de V. N. Cerveira). O 1º filho do casamento nasceu em 1714. A segunda mulher, D. Inês, faleceu em 1741.

Francisco Coelho da Silva contraiu o seu 3º casamento com D. Rosa Maria Pita da Rocha Portocarreiro (48 anos), união sem filhos. Sem informações quanto ao óbito de Francisco Coelho da Silva, a viúva faleceu em 1764, porém Francisco Coelho da Silva, em testamento, deixará os seus bens a uma sobrinha.

A Quinta encontra-se muito dividida e fraturada.

c) Quinta do Crasto (área atual estimada 22.400 m²)

Em 1719, o **padre Domingos Pereira Barreto** construiu a capela de Santa Quitéria na sua quinta do Crasto, afetando-lhe propriedades suas. Faleceu em 1754 *assistente na sua Quinta do Crasto*. Impulsionou também em 1712 a construção da Capela do Senhor dos Passos na qual se levavam a cabo grandes solenidades quaresmais e que ainda perduram.

Era familiar de Manuel Reimão (Lisboa) e Teodósia Proença Pereira (Cimbres-Lamego), pais de D. Teodósia de Proença Pereira, casada em 1722 com **Bento de Sousa Bacelar** (sargento-mor da Ordenança), filho de Bento de Sousa Monteiro Bacelar (Capitão, em Caminha e Cavaleiro da Ordem de Santiago).

Existem registos do nascimento de 8 filhos, dos quais há notícia de:

– Ana Maria de Proença Pereira Bacelar casada com **Luís de Sousa de Almeida** (5º Administrador do vínculo de Torneiros, Cavaleiro da Ordem de Cristo) que passou a propriedade para os herdeiros de sua tia D. Ana Maria de Sousa.

– **Domingos de Sousa Bacelar** casado com Francisca Quitéria de Moscoso (de Mazedo, Monção) em 1781, na Quinta do Crasto. Foi representante da Nobreza de Caminha na Aclamação da Restauração da Nacionalidade em 1808. Dos seus descendentes, herdou:

– **Bento de Sousa Bacelar e Moscoso** (Capitão-mor, Alcaide-mor em 1829) que casou com Francisca Rosa Dias e com numerosa descendência a partir de 1808.

Filhos e netos foram orientados para o sacerdócio e para a vida militar. As referências à Quinta do Castro mantêm-se até ao final do século XIX, muito à custa da existência de caseiros.

d) Quinta dos Braçais (área atual estimada de 100.500 m²)

Esta quinta localiza-se já na estrada que de Vilar de Mouros se dirige para Covas (V. N. Cerveira). Como tal, na sua origem poderiam encontrar-se ou funções militares ou de produção agrícola.

O seu vínculo remonta a 21 de maio de 1765 e o seu instituidor foi **Gaspar Soares Pereira de Castro** (nascido em 1700, em Caminha, Vereador). Com residência na Rua da Corredoura, era filho de Bernardo Soares Pereira (Juiz de Fora, licenciado) e neto de Gaspar Soares Pereira (Juiz de Fora, Juiz dos Órfãos Familiar do Santo Ofício, Cavaleiro da Ordem de Cristo).

e) Quinta de Libói (área atual estimada 4.400 m²)

O casal formado por **Francisco Leite de Araújo** casado D. Inácia Maria de Magalhães vivia nesta Quinta, pelo menos desde o nascimento do seu primeiro filho Inácio, em 1691.

Num total de 8 descendentes, dois filhos casam para fora, sem mais datas que as do casamento, desconhecendo-se o rasto familiar. Os demais irão falecer solteiros, sabendo-se que José Leite de Magalhães era sacerdote.

Não existem mais elementos sobre a continuidade da família e propriedade, isto porque, durante este período, encontram-se desaparecidos os respetivos livros paroquiais.

Algumas reflexões

A partir da militarização da vila de Caminha em que acorrem centenas de militares e em que foram construídas as muralhas modernas em duas fases construtivas consecutivas, as famílias dominantes de Caminha, em redes estratégicas de alianças matrimoniais, colocaram os seus herdeiros à frente de quintas e propriedades de forma a assegurar o controlo do território e dos recursos indispensáveis à manutenção dos exércitos e das populações locais.

Esta dispersão pelo território do concelho de Caminha centralizou-se expressivamente no Vale do Coura e, em particular, nas freguesias limítrofes à estrada interior que atravessava o concelho de sul para norte. A localização destas vastas propriedades, atendendo ao perfil dos seus proprietários, revela uma particular atenção quer na salvaguarda desse único eixo viário não vigiado pelo cordão de fortalezas litorais, quer

também no incremento e controle da produção de cereais, palhas e recursos alimentares, mas também no investimento de estruturas de produção de farinhas, de sal e cal.

Tudo parece indicar que estas famílias, possivelmente devido à apropriação dos cargos políticos e das instâncias religiosas de prestígio, a par do controlo do território, nortearam os seus investimentos do mar para a terra. Até agora não se encontraram informações significativas da sua participação no relançamento da economia marítima, possivelmente devido às condições climáticas que, igualmente, originaram um assoreamento importante do rio Minho, quer na entrada do seu estuário, quer na formação de bancos de areia que dificultaram a navegação fluvial que outrora subia até à Lapela (Monção).

A maior parte das datas encontradas para a construção (ou reedificação) destas propriedades (associadas à deslocação das famílias e nascimento dos filhos) indicia duas fases construtivas distintas: a primeira em época Pós-Restauração e a segunda, nos inícios do século XVIII, esta coincidente com a Guerra de Sucessão de Espanha. A ser assim, a defesa do território seria uma das principais causas para a sua implantação.

680

A consolidação do poder económico e político-administrativo manteve-se e fortaleceu-se pela distribuição de herdeiros no território do concelho de Caminha, mas também de forma muito eficaz devido à orientação destes para a vida militar, eclesiástica e administrativa. Esta preponderância torna-se particularmente evidente na continuidade dos seus sucessores, quer à frente do Senado da Câmara ou da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Caminha, quer um pouco mais além nos laços mantidos com a Casa Real, Cortes e cargos exercidos nas esferas superiores da Administração Pública, Militar e Religiosa.

O casamento de pendor exogâmico destas famílias-elite manifesta-se ainda em uniões dos herdeiros com nubentes de Casas e Morgados do exterior, em redes de poder e de alianças ao nível concelhio alto-minhoto e nacional.

Bibliografia manuscrita

ADB, *Processos de Inquirições de Generi*.

ADVCT, *Registos Paroquiais do Concelho de Caminha*, 1600-1910.

AMC, *Registo Geral, Registo de vários papeis, cartas de nomeação, petições, etc.* (1652-1800).

AMC, *Livros de Acórdãos da Câmara de Caminha*, 1733-1752.

BN, Morais, Gonçalo Rocha de, *Grandezas da villa de Caminha*, 1722.

Confraria do Senhor dos Mareantes, *Livro de Treslados e Estatutos*, 1650-1753.

Descrição da Villa de Caminha (Extrahida de um manuscripto original), Vianna, Typ. Da “Aurora do Lima”, 1878.

SÃO TOMÁS, Leão de, et al. (1644) *Benedictina Lusitana*, Vol. II, Officina de Diogo Gomes de Loureiro, Typographo da Vniversidade.

Bibliografia geral

ALVES, Lourenço (1985) *Caminha e o seu Concelho*, Caminha, Câmara Municipal.

AMORIM, Norberta (1981) “Uma metodologia de Reconstituição de Paróquias desenvolvida sobre registos paroquiais”, in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, IX, 1, pp. 7-25. CAPELA, José Viriato (2005) *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758 – Alto Minho: Memória, História e Património*. Casa Museu de Monção/Universidade do Minho.

AVILLEZ, Manuel Jorge de (1952) “A Casa de Leiras na Vila de Caminha”, in *Arquivo do Alto Minho*, Vol. 4, pp. 68-76.

PINTO, Sara (2008) *Santa Casa da Misericórdia de Caminha (1516-2016) – Uma mão que se estende há 500 anos*, Caminha, SCMC.

REGO, Aurora Botão (2013a) *De Santa Marinha de Gontinhães a Vila Praia de Âncora (1624-1924). Demografia, Sociedade e Família*, Vila Praia de Âncora, Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora.

REGO, Aurora Botão (2013b) *O concelho de Caminha. População, património e economia (1758-1849)*. Caminha, Universidade Sénior de Caminha/Fundação da Caixa de Crédito Agrícola.

REGO & SILVA (2021) “A mobilidade marital no concelho de Caminha (1615-1910). Dinâmicas nupciais entre a serra, vales, litoral, rios e a Galiza”, Coord. Apolónia & Mangas, ed. Citcem, Flup. *Revista Mobilidades. Olhares transdisciplinares sobre um conceito Global*, pp. 307-330.

